

SEIS MESES PARA ESTADOS MUDAREM APOSENTADORIA

Governo deve recuar na exclusão de servidores em reforma

BRASÍLIA

Os Estados e os municípios terão seis meses de prazo para promover mudanças nos sistemas de aposentadoria dos servidores públicos ou, se não mexerem nas regras para concessão dos benefícios, serão obrigados a se adequar à reforma da Previdência que for aprovada pelo Congresso.

Uma das possibilidades em estudo em Brasília é justamente o governo federal recuar na exclusão de servidores estaduais e municipais e mantê-los no mesmo sistema de Previdência. Outras ideias em análise são excepcionalizar algumas categorias, como professores e policiais, ou bancar uma mudança na Constituição, permitindo regimes diferentes.

A ideia de estabelecer prazo para que os governos estaduais e municipais façam os seus ajustes será apresentada pelo governo como emenda à proposta de reforma da Previdência.

“Trata-se de uma ideia vinda da própria Câmara, para oferecer mais responsabilidade fiscal e para que os próprios governadores possam ter condições de argumentação junto às Assembleias Legislativas de seus respectivos Estados”, afirmou o ministro-chefe da Secretaria de Governo,



RENATO COSTA/AGÊNCIA O GLOBO

Temer havia excluído funcionários públicos estaduais da reforma da Previdência

Antonio Imbassahy. “Isso funcionaria como se fosse uma trava, um instrumento que dá mais competência para que governadores examinem o assunto”.

O prazo de seis meses para a implementação das reformas locais será contado a partir do momento em que o presidente Michel Temer sancionar a reforma da Previdência.

Se as reformas locais não forem aprovadas neste prazo, passará, então, a valer, para cada Estado e

cada município que não fizer as mudanças, o texto que vier a ser aprovado pelo Congresso Nacional.

Michel Temer tomou a decisão após se reunir neste fim de semana com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e com o secretário de Previdência Social do ministério, Marcelo Caetano.

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse ontem que é “tecnicamente viável” a solução discutida com o governo

Centrais: greve marcada para hoje

Nove centrais sindicais divulgaram nota em que convocam uma paralisação dos trabalhadores para hoje, em protesto contra a aprovação do projeto de lei que regula a terceirização, além das reformas trabalhista e da Previdência. O protesto deve acontecer no fim do dia. Entre as centrais, estão a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e Nova Central, União Geral dos Trabalhadores (UGT).

nos estaduais e municipais terão de regulamentar a Previdência dos servidores no prazo de seis meses (após a aprovação da reforma), pois caso contrário terão de seguir as regras federais”.

PRESSÃO

Na semana passada, Temer decidiu excluir funcionários públicos estaduais e municipais da reforma da Previdência enviada pelo governo à Câmara. O presidente tomou a iniciativa após sofrer forte pressão de deputados da base aliada, que ameaçavam votar contra a proposta.

Segundo interlocutores do Planalto, depois do anúncio da decisão por Temer de retirar esses servidores da reforma, o governo percebeu que a medida poderia gerar vários regimes de previdência no país, inclusive com regras diferenciadas para categorias idênticas no serviço público. A Constituição determina à União definir as linhas gerais de aposentadoria no país, para os trabalhadores do setor privado e funcionários públicos nas três esferas (União, Estados e municípios). Os entes federados têm prerrogativa para legislar sobre questões mais específicas, como por exemplo, alíquotas de contribuição. (O Globo)

de mudar a Constituição para permitir regimes de Previdência diferentes. “Fica para os Estados e municípios a decisão de adotar ou não um regime diferente daquele da União”, argumentou Oliveira. “Cada um terá de tomar a sua própria iniciativa”.

Para o deputado Arthur Maia (PPS-BA), relator da comissão especial que analisa a reforma da Previdência na Câmara, tudo está sendo feito respeitando o pacto federativo. “Os gover-

DECISÃO

“Fica para os Estados e municípios a decisão de adotar ou não um regime diferente daquele da União. Cada um terá de tomar a sua própria iniciativa”

DYOGO OLIVEIRA
MINISTRO DO PLANEJAMENTO

ENTENDA

IDADE MÍNIMA

A proposta de reforma de Previdência elaborada pelo governo fixa a idade mínima de 65 anos para aposentadoria de trabalhadores, homens e mulheres.

CONTRIBUIÇÃO

Assim, acaba a aposentadoria por tempo de contribuição. O prazo mínimo de contribuição de contribuição sobre de 15 anos para 25 anos.

PÚBLICO E PRIVADO

As novas regras previdenciárias vão equiparar os direitos e os benefícios de trabalhadores do setor privado e do setor público federal.

EXCLUSÃO

O presidente Michel Temer tinha anunciado que deixaria de fora da reforma da Previdência servidores públicos estaduais e municipais,

ARQUIVO
Governo quer aprovar reforma no Congresso este ano

deixando a cargo de Estados e municípios elaborarem as próprias reformas.

RECUCO

Agora, porém, o governo volta atrás e quer mudar novamente as regras para aposentadoria para servidores estaduais e municipais.

PROPOSTA

O governo informou que estuda, entre algumas opções, não deixar de

fora servidores estaduais e municipais no projeto e mantê-los no mesmo sistema de Previdência.

PRAZO

Depois de aprovada a reforma no Congresso, Estados terão seis meses para implementação das reformas locais. Se elas não forem aprovadas neste prazo, passará, então, a valer, para cada Estado e município, o texto que fora aprovado pelo Congresso.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

REGRAS PARA APOSENTADORIA

Reforma mais difícil nos municípios

Falta de recursos e de capacitação técnica ameaça inviabilizar cálculos para mudança

MIKAELLA CAMPOS
mikaella.campos@redgazeta.com.br

A solução política encontrada por Michel Temer (PMDB) para aprovar a reforma da Previdência com mais tranquilidade levanta a questão das condições dos Estados e municípios promoverem as próprias mudanças nas aposentadorias, principalmente num prazo tão curto, de seis meses, conforme quer o Planalto.

Para o especialista em Administração Pública e professor da Fucape João Eudes Bezerra Filho, boa parte dos entes não tem estrutura financeira nem técnica para viabilizar as trocas de regras. “Muitos municípios são pobres, além de não terem pessoal capacitado, não contam com recursos para pagar por análises atuariais”, afirma.

Na visão dele, a manutenção da uniformidade da



Previdência Social: mudanças pretendem reduzir rombo nas contas do governo

Previdência dos servidores seria o ideal. Diante da pressão política, Temer entrou numa situação delicada. “A exclusão teve a intenção de eliminar as resistências do processo. O prazo de seis meses pode até dar certo, mas também pode ser um tiro no pé”.

A preocupação é se aqueles entes que fizerem suas reformas levarão em conta a

necessidade de cortes para conter o rombo da Previdência. Outro ponto questionável é a possibilidade de aprovação de leis mais vantajosas por deputados estaduais ou vereadores com finalidades eleitoreiras.

Segundo Bezerra Filho, metade da folha com aposentado dos Estados e municípios é paga pelo orçamento fiscal. “Hoje, o

maior volume de recursos financeiros vai para a saúde, educação, salários e Previdência. Apenas 40% são destinados para políticas de segurança pública, turismo, infraestrutura e outros investimentos”.

IMBRÓGLIO JURÍDICO

O advogado constitucionalista Caleb Salomão explica que já existe a liberda-

de de manter regimes independentes, o que ocorre em vários municípios e em todos os Estados. A lei prevê uma uniformidade normativa, mas não estabelece uma regra radical a ser cumprida por todos.

Porém, a decisão de suspender a validade da reforma por seis meses para que os Estados e municípios criem suas regras não é um elemento jurídico válido, que pode ser questionado no Supremo Tribunal Federal, opina Salomão.

“O ideal seria fazer uma mudança única. Temer até poderia retirar esses servidores para reiniciar um debate depois, mas ele não tem fôlego para isso”, disse ao acrescentar que: “A medida parece mais uma desculpa antecipada para o fracasso da reforma, que não incluirá quem realmente gera despesas, como os militares. O projeto vai arrochar a população celetista para preservar grupos corporativistas.”

OPINIÃO DA GAZETA

Governo tenta corrigir erro

Michel Temer tenta uma saída política para corrigir o erro jurídico e econômico cometido por seu governo na semana passada. Excluir servidores estaduais e municipais da reforma da Previdência, além de inconstitucional – cabe à União definir as linhas gerais da aposentadoria no país –, é inviável economicamente. Hoje, o Brasil gasta 4% do PIB com a aposentadoria de servidores – a quebrada Grécia gasta 3,5%. Com a exclusão anunciada na semana passada, 86% desse pessoal ficariam de fora da reforma. Ou seja, ela já nasceria morta.